

Izidora em 3 atos: O conflito fundiário, a luta popular, o imaginário simbólico da terra prometida

Izidora in 3 acts: The land conflict, the popular struggle, the symbolic imaginary of the promised land

Dra. Izabella Galera, Dra. Raquel Garcia Gonçalves*



Resumo

O objetivo deste artigo é constituir uma trama que narre diferentes dimensões da luta da Izidora, evidenciando a distopia de uma produção de cidade hegemônica a partir do conflito fundiário, as heterotopias que emergem da luta popular e a utopia da terra prometida. Partindo do entendimento de suas diversas representações, buscou-se construir três atos que amarem o conflito fundiário da região da Izidora: inicia-se com o contexto histórico e a apresentação do próprio conflito; em seguida, destaca-se a luta popular e os seus sujeitos revolucionários; por fim, aponta-se para o devaneio do imaginário da terra prometida. O trabalho foi construído a partir de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e realização de entrevistas com moradores das ocupações. Evidencia-se que estes territórios só existem e se transformam por conta de muitas mãos, corpos e sonhos de sujeitos revolucionários, que a partir de relações de cooperação e de conflito, produzem suas casas, seus bairros, suas cidades, suas utopias.

Palavras-chave: Ocupações Urbanas; lutas populares; conflitos urbanos.

Abstract

The objective of this article is to constitute a plot that narrates different dimensions of Izidora's struggle, showing the dystopia of a hegemonic city production from the land conflict, the heterotopias that emerge from the popular struggle and the utopia of the promised land. Based on the understanding of its various representations, we sought to build three acts that tie the land conflict in the Izidora region: it begins with the historical context and the presentation of the conflict itself; then, the popular struggle and its revolutionary subjects stand out; finally, it points to the reverie of the imaginary of the promised land. The research was built from bibliographic research, field research and interviews with occupation residents. It is evident that these territories only exist and are transformed due to the many hands, bodies and dreams of revolutionary subjects, who from their relations of cooperation and conflict, produce their houses, their neighborhoods, their cities, their utopias.

Keywords: Urban Occupations; popular struggles; urban conflicts.

1. Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito: o conflito fundiário das ocupações urbanas da Izidora

Na lógica urbana capitalista, a desigualdade socioespacial é um pressuposto, em especial nos países com grandes contrastes, como no Brasil, fruto de uma colonização escravista e extrativista. A realidade das cidades reflete tal desigualdade e, assim, uma pequena parcela da população concentra renda e propriedades, deixando de lado a classe popular. Nesse sentido, grande parte do povo não tem acesso à cidade formal e a direitos fundamentais como moradia, saneamento básico, educação, saúde, lazer. Assim, tem-se legislação para alguns, mercado para alguns, cidade para alguns.

Nesse contexto, as ocupações urbanas e a luta por moradia vêm organizando movimentos de resistência e desobediência civil em busca de fazer valer leis e direitos já conquistados pela Constituição Federal de 1988, instrumentalizados no Estatuto da Cidade (2001).

A região da Izidora[1] é um caso emblemático de disputa de interesses do grande capital privado, principalmente entre os proprietários Granja Werneck S.A, os investidores Rossi Incorporadora e a Construtora Direcional, de um lado; e da pressão do povo que ali vivia e que conseguiu desarticular uma teia de interesses do mercado imobiliário, a partir de uma luta pelo acesso à terra e à moradia, por outro lado.

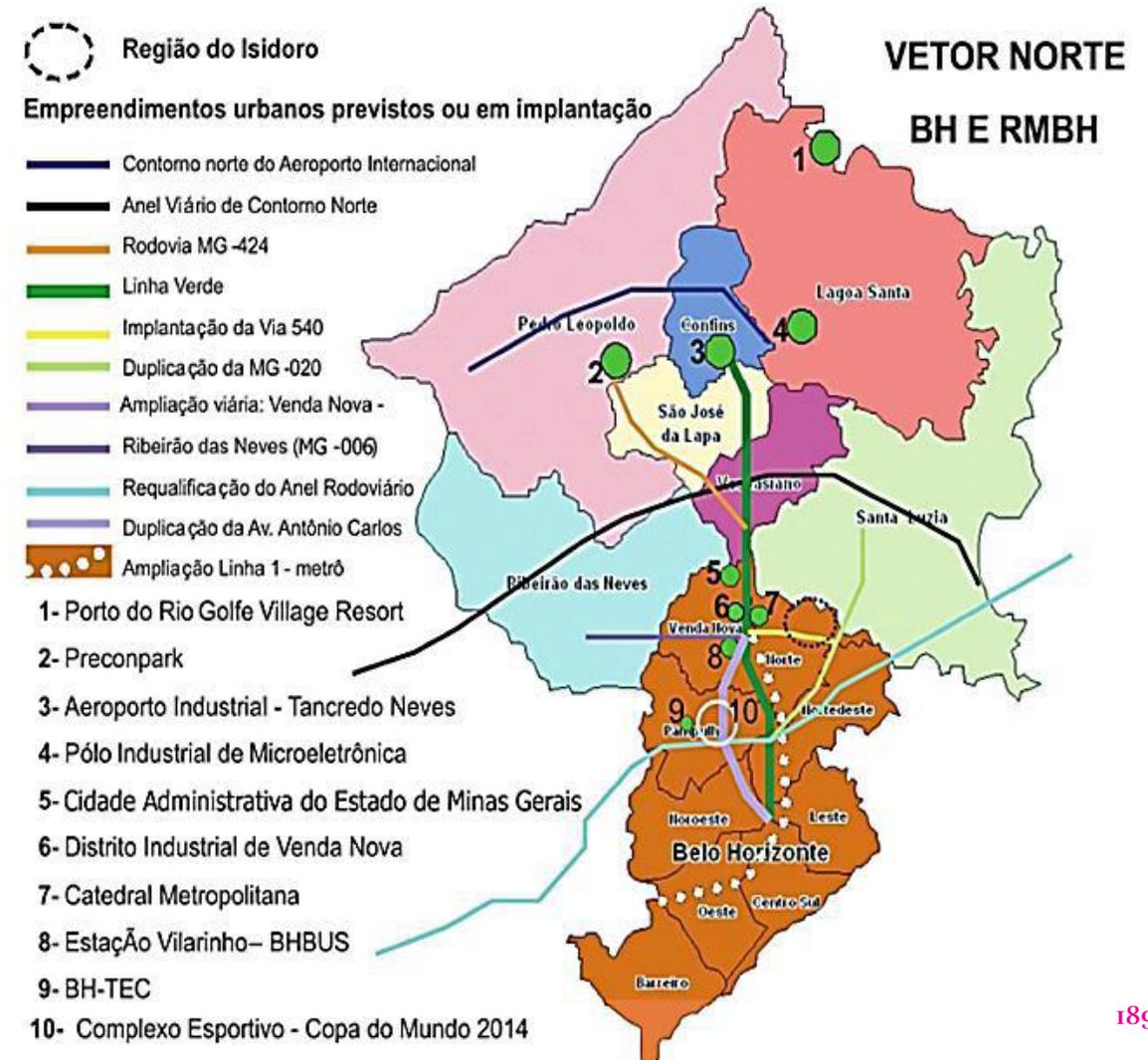
Desde os anos 2000, a região chamava a atenção e atraía investimentos com a possibilidade da construção de duas grandes vias que cortariam a área, a Via 540 e a Norte Sul, prevendo uma articulação viária metropolitana. Contudo, foi a partir de uma Operação Urbana Simplificada, dada pela Lei n. 8.137 de 21/12/2010, que os proprietários conseguiram deixar a proposta mais atraente para investidores, já que a legislação que considerava a Região da Izidora como uma ADE Ambiental – Área de Diretrizes Especiais – restringia bastante a forma de construção no local.

A Operação Urbana que, a princípio, tinha uma roupagem “sustentável”, serviu, nesse contexto, para flexibilizar os instrumentos urbanísticos de construção, atendendo ao intuito do empreendimento com um faturamento milionário para seus empreendedores.

Na contramão dos interesses dos proprietários do terreno e de uma gama de investidores do mercado imobiliário, que anunciam

neste projeto uma distopia urbana, insurgem as ocupações da Izidora, erguidas por pessoas que viviam de aluguel ou de favor na casa de parentes. Na iminência de não conseguir pagar as contas devido à instabilidade financeira e condições de subsistência, encontraram na luta por moradia uma via possível para ter o direito de existir na cidade, cunhando suas heterotopias (FOUCAULT, 2013).

A região da Izidora está inserida na divisa do município de Belo Horizonte com o município de Santa Luzia, pertencendo à Regional Norte, com uma área média de 10 Km². Está dentro do chamado Vetor Norte da Região Metropolitana, área que vem sendo alvo de uma constelação de grandes planos urbanísticos visando ao “desenvolvimento econômico” no sentido Norte, conforme a Figura 1 nos mostra.



É relevante entender que os interesses aqui situados na região da Izidora fazem parte de um quebra cabeça muito maior, em que outros grandes empreendimentos foram compactuados dentro de uma visão tipicamente neoliberal, que abre campo para uma mudança radical na paisagem e nos modos de vida dos sujeitos dessas localidades.

A história da Izidora vem de longa data e para dar conta de arvorar diferentes narrativas neste texto, propomos três atos[2]. No primeiro ato conta-se a história do conflito fundiário, entendendo-o como uma distopia urbana, por apresentar uma lógica de cidade feita para poucos, cerceada e obscura. Esta narrativa procura dar visibilidade para o modo como grande parte das cidades são produzidas, por meio de interesses financeiros e pela busca do lucro acima da vida das pessoas. Este ato ocorre em três momentos: antes do conflito fundiário, de 1904 a 2013; durante a resistência, entre 2011 e 2017, com a iminência de despejo; e em tempos recentes, entre 2017 e 2020, momento em que o conflito aparentemente se estabilizou e os territórios passam a cobrar a urbanização dos bairros e a regularização fundiária elaborada de forma participativa. Ressalta-se, entretanto, que a situação ainda se encontra com muitas incertezas.

O segundo ato busca em sua narrativa destacar a luta popular, relacionando-a à própria existência da Izidora. Entende-se, aqui, que esta luta forja sujeitos revolucionários, que cotidianamente produzem outros espaços, outras cidades, que apontamos como heterotopia, cheios de potências e contradições.

Já o terceiro ato se abre para a utopia, o devaneio do imaginário da terra prometida, a partir da compreensão que estes territórios apresentam, em sua história, um vínculo direto a um ideal de vida e de futuro pautados na justiça socioespacial.

2. 1º Ato: o antes, o durante e o agora

Desde o início do século XX, quando a família Werneck se apossou da região da Izidora, as atividades agropastoris e, sobretudo, as atividades para fins de saúde predominavam naquela área. Destaca-se que a justificativa da doação destas terras para Hugo Werneck, em 1904, pela Prefeitura de Belo Horizonte, se dava para a construção de um sanatório. No entanto, apenas 10% da área ofertada foi utilizada, deixando mais de 90% do território subutilizado.

Nesse período, pequenos agricultores que viviam ao redor da região eram contratados para trabalhar na terra e vender sua colheita aos fazendeiros. Contudo, ao longo dos anos, essas atividades foram diminuindo.

Na medida em que a cidade de Belo Horizonte foi se expandindo e o entorno da área foi sendo ocupado por moradias de baixa renda, gradativamente, os proprietários foram deixando esse grande terreno ocioso, utilizando apenas para fins de lazer e agricultura artesanal. Esse descaso e falta de uso, nos anos 1980, fez com que a região passasse a ser conhecida como um local de descarte de cadáveres e lixo.

A partir de levantamento histórico do terreno, um grupo de advogadas populares identificou várias ilegalidades[3] ao longo dos registros de doação e posse da terra pela família Werneck. Além disso, inúmeras regalias foram cedidas pelo município de Belo Horizonte[4] para a família, como isenção de imposto, tarifa de luz com cobrança mínima e concessão de um quarteirão no bairro Barro Preto. Isso deixa claro o grande número de privilégios que os supostos proprietários do terreno tiveram e ainda hoje têm, ajudando assim a aprofundar ainda mais as injustiças e as desigualdades que circundam a região.

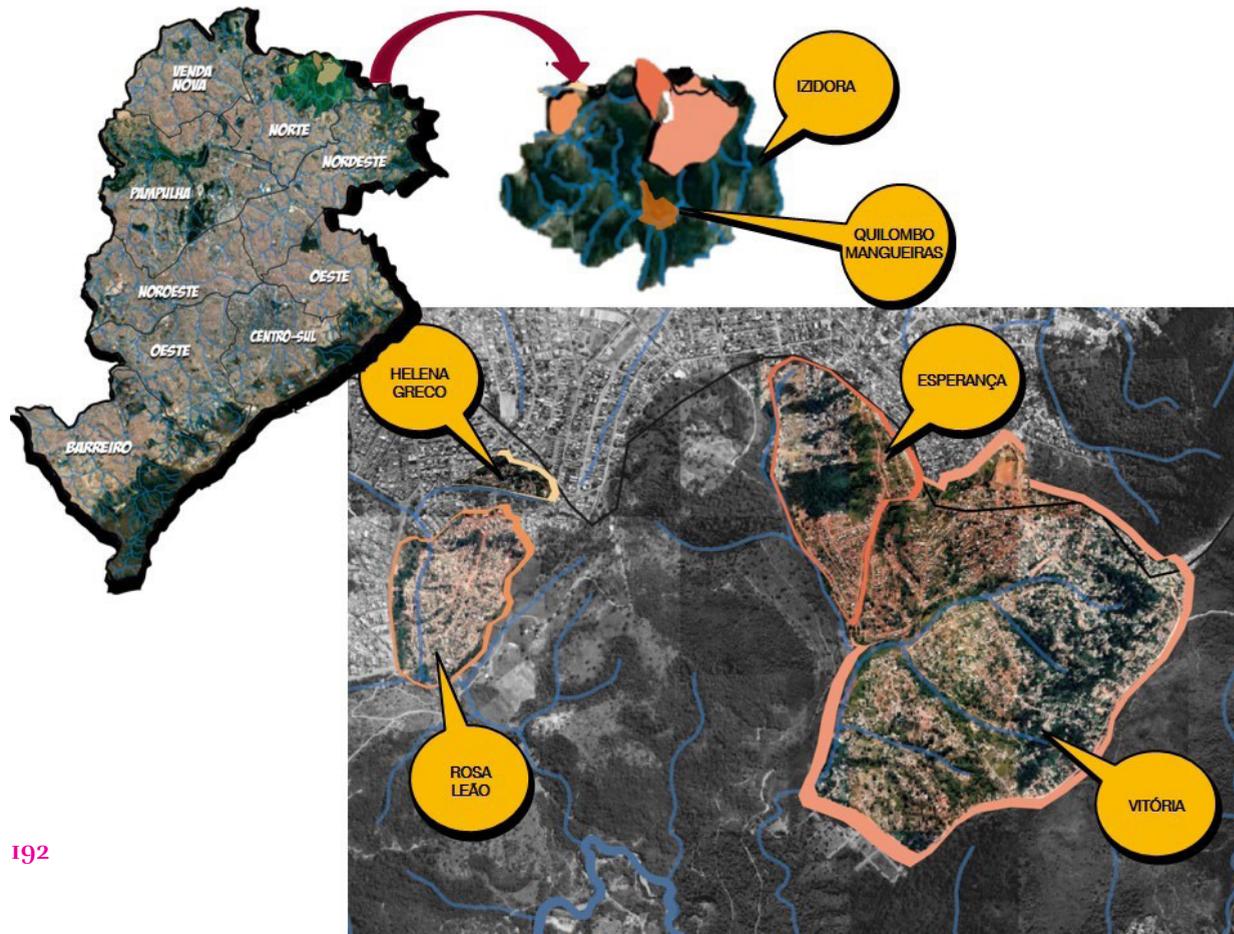
Cabe destacar que a região da Izidora está situada no vetor norte de Belo Horizonte, eixo de expansão urbana da cidade e da Região Metropolitana, sendo, por isso, alvo de interesses diversos. As ocupações[5] urbanas[6] que se instalaram na região situam-se em terreno que estava ocioso há décadas, com aproximadamente 10 quilômetros quadrados, sendo o último grande vazão da capital mineira, ou seja, era uma área ainda não parcelada e que não cumpria a sua função social, conforme determinado pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Cidade.

A chegada aos territórios foi feita por pessoas que já moravam nos arredores da Izidora, entre os bairros Jaqueline, Juliana e Zilah Spósito, em Belo Horizonte, e Londrina, Baronesa, bem como toda a região do São Benedito, em Santa Luzia. Atentos, viam esses terrenos inutilizados há anos e, pelo desejo da casa própria e pela necessidade de sobrevivência, ocuparam esses locais subvertendo a lógica urbana imposta pelos grandes empreendedores da cidade.

Apesar do conflito fundiário da Izidora iniciar-se em 2011, ganha maiores proporções apenas em julho de 2013, com o mandato

de reintegração de posse após as três ocupações – Rosa Leão, Esperança e Vitória – conformarem-se no terreno (Figura 02). Porém, já em 2011, a área começa a sofrer com processos de despejo parcial, ilegal e forçado[7], inicialmente na ocupação que homenageia a militante histórica contra a ditadura militar – Helena Greco.

A ocupação Helena Greco foi a primeira das quatro ocupações da Izidora. Surgiu em 2011 e é fruto de uma luta popular que advém da organização dos movimentos e ciclos de luta por moradia dos anos 1980 e 1990. Inserida em uma área de encosta às margens do “Córrego do Toicinho”, afluente do “Córrego Terra Vermelha”, a ocupação faz divisa com o Bairro Zilah Spósito, Conjunto Ubirajara e ocupação Rosa Leão, tendo se iniciado com cinquenta famílias que ocuparam uma área de difícil acesso. Em 2011, quando sofreram a tentativa ilegal de despejo, uma rede de apoiadores se articulou. Formou-se, assim, uma espécie de teia de diversos atores com o intuito de dar suporte a várias lutas sociais na cidade. Essa teia é composta por moradores de ocupações, movimentos sociais, setores mais progressistas



das universidades, coletivos e militantes autônomos, setor progressista da Igreja Católica, Evangélica e Povos de Terreiro.

Porém, apenas ao longo do processo de resistência às ordens de despejo que os moradores e movimentos sociais foram se inteirando dos projetos e interesses que os proprietários e o município tinham para a área. Assim, a revolta e a busca pela permanência no território vão sendo forjadas junto a uma construção em que “a justiça surge no processo de ser afetado pela resistência” (BIZZOTTO, 2015, p. 56).

Entre maio a junho de 2013, as ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória começam a se consolidar. Inicialmente, acontecem sem uma organização prévia dos movimentos e moradores, ou seja, sem um planejamento anterior. Porém, já nos primeiros dias, quando ainda não se pensava em divisão igual de lotes e arruamento, Zoca[8], liderança do Conjunto Zilah Spósito, entrou em contato com Frei Gilvander, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e com Bruno Cardoso, militante das Brigadas Populares, que passaram a fazer assembleias no território, convidando, desde a primeira visita, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais para acompanhar o processo.

Cabe destacar que a conflitualidade se mostra fortemente presente na região já que, estando em área indivisa e de expansão da cidade, é alvo de notável interesse do mercado imobiliário e de diversos empreendedores[9], somados aos inúmeros investimentos realizados pelo Poder Público, diante de um contexto neoliberal. Entende-se que a perspectiva neoliberal estimula a financeirização dos espaços da cidade, servindo a gestão pública muito mais aos interesses mercadológicos e de grupos hegemônicos, com crescente destaque para a lógica de rentabilidade e precarização acentuada das periferias. Nesse contexto é que se propõe a Operação Urbana Simplificada do Isidoro:

[...] há ainda a previsão de empreendimentos bilionários justamente para a área onde se situa a Izidora, por meio de uma Operação Urbana Simplificada – a OUS do Isidoro, projeto urbanístico que prevê diversas obras e investimentos estimados em 13 bilhões de reais e do Minha Casa Minha Vida (INDISCIPLINAR, 2015). Esse último é, em tese, o carro chefe da política pública habitacional brasileira, que, no entanto, tem servido muito mais para aquecer o mercado imobiliário do que para garantir moradia para pobres (ISAIAS, 2017, p.25).

O constante conflito observado na região, contudo, acaba por amplificar o capital político no campo de atuação dos movimentos sociais, que já vinham com certo acúmulo de lutas parecidas, como a Ocupação Dandara e Eliane Silva. Destacam-se, aqui, a ação das Brigadas Populares (BP's), do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Além disso, o Coletivo Margarida Alves (CMA), coletivo de advocacia popular que presta assessoria jurídica, as Arquitetas Sem Fronteiras (ASF), e o Escritório de Integração da PUC Minas, que prestam assessoria técnica na parte de urbanização e contribuem nos processos de resistência contra os despejos e, atualmente, na negociação e no processo de regularização fundiária da área. Nesse sentido, destaca-se que

Nenhuma das três ocupações contam com infraestrutura pública como coleta de lixo, esgotamento, limpeza da rua e transporte público. Porém, contam com a auto-organização e autoconstrução coletiva dos espaços, inclusive com apoio de universidades, sendo um território em franco processo de consolidação. Nas comunidades, as decisões relevantes e coletivas são tomadas em assembleias, há espaços de formação política, de atividades recreativas, há recolhimento de lixo, horta comunitária e preocupação com a preservação ambiental (ISAIAS, 2017, p.24).

A auto-organização e a amplificação do capital político vão ser observadas, sobretudo, em momentos de luta e resistência. Em julho de 2013, por exemplo, foi concedido pedido de reintegração de posse da área, autorizando o despejo das famílias que ali estavam. Como resposta a essa liminar, os movimentos e moradores da Izidora começaram uma sucessão de marchas até a Cidade Administrativa, à Prefeitura, à Câmara de Vereadores, a fim de chamar a atenção dos dirigentes e abrir um espaço para diálogo com as famílias da Izidora. Após vários atos e uma audiência pública, ocorrida no dia 17 de outubro de 2013, foi aberta uma mesa de negociação, no dia 21 de outubro de 2013, relacionada aos processos de reintegração de posse que abarcavam as ocupações da Izidora e Willian Rosa em Contagem.

Ao longo de 2013 até 2017, foram três tentativas de despejo suspensas. Com o passar do tempo, uma rede de apoio ampla chamada #Resisteizidora ganhou visibilidade. No bojo da resistência foram realizadas diversas manifestações, marchas, ocupação da Câmara de Vereadores e da prefeitura, atos de

solidariedade e festas. Essa rede, formada por moradores, movimentos sociais, militantes e ativistas do setor cultural e simpatizantes da causa, contribuiu para que o conflito da Izidora ganhasse projeção internacional, deixando evidente que o ônus financeiro, político e social de um despejo seriam enormes.

A Rede #Resisteizidora fez com que o conflito fundiário ficasse em evidência, cruzando ação direta e atividades em rede social, para que as informações chegassem a vários atores da cidade, que pudessem dar respaldo à resistência[10].

Um dos episódios marcantes da época do despejo ocorreu no dia 13 de agosto de 2014, quando helicópteros da Polícia Militar rondaram os territórios. Os moradores organizaram-se através de vigília, com o constante barulho de foguetes e das barricadas feitas nas entradas das ocupações, criando barreiras e impedindo o acesso da polícia.

Nesse momento de grande apreensão, a Rede #Resisteizidora atuou de forma intensa junto aos moradores, partilhando do território, onde ficaram acampados por quase um mês nas três ocupações, fazendo vigília e tentando negociar a permanência das famílias no local.

Nesse contexto de incertezas, as advogadas populares enviaram, em 12 de agosto de 2014, um mandato de segurança contra o Governo do Estado de Minas Gerais, questionando o descumprimento de inúmeras regras previstas em tratados nacionais e internacionais e no próprio regulamento da Polícia Militar, que garantem os direitos humanos das famílias que ali vivem.

Sobretudo a partir da consideração da Convenção sobre os Direitos das Crianças, “no dia 12 de agosto de 2014, (...) o juiz da Vara Cível da Infância e Juventude, Marcos Padula, expediu uma liminar suspendendo o cumprimento da ordem de reintegração de posse na região, marcado para aquela mesma data” (BIZZOTTO, 2015, p. 175). Elaborou-se, assim, um documento que indicava que o Governo do Estado deveria garantir atendimento escolar, transporte e merenda para todas as crianças e adolescentes que viviam na Izidora, antes de dar andamento ao processo de reintegração de posse.

Essa decisão foi crucial para o processo de resistência ao despejo, pois colocou os direitos humanos acima do direito de propriedade privada, servindo até hoje como memória coletiva

das ocupações, que lembram que foi por causa das crianças que a luta da Izidora conseguiu firmar-se nos territórios.

Em 2014, foi apresentado pela Santa Maria Empreendimentos, empresa da construtora Direcional, um programa de reassentamento das ocupações da Izidora em uma área muito pequena. Essa proposta foi levada para a mesa de negociação pelos empreendedores e, a partir daí, os movimentos de resistência e moradores elaboraram junto às Arquitetas sem Fronteira uma contraproposta, apresentada em novembro de 2014, que apontava para uma regularização fundiária e construção de infraestrutura urbana para a área, reconhecendo ali como uma produção espacial legítima e que atendia melhor aos modos de vida das famílias das ocupações. Nas áreas ainda não consolidadas, propunham a construção de habitações populares pelo Estado.

Em 2015, houve mais uma ordem de despejo em que o Estado de Minas Gerais acionou um grande aparato policial, cercando os territórios das ocupações. Em setembro de 2016, após uma marcha até o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a decisão de despejo volta a vigorar. Nessa época, durante o processo eleitoral para a prefeitura do município, o então candidato e atual Prefeito Alexandre Kalil compromete-se a regularizar a Izidora, usando essa questão como um dos motes de sua campanha.

Em março de 2017, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a quem pertencia uma pequena parte da área da Izidora, que engloba a ocupação Helena Greco e uma pequena parte da Rosa Leão, desistiu do mandato de despejo. Isso acabou por despertar um distanciamento por parte de muitos moradores nos processos de organização e ação direta contra o Estado. De certa forma, essa pequena vitória judicial acabou por ter um efeito desmobilizador em todos os territórios, principalmente porque o que unia e mantinha os moradores atentos era o próprio conflito.

A Prefeitura de Belo Horizonte pediu a desistência da ação de reintegração de posse (despejo) que move contra uma pequena parte da ocupação Rosa Leão (2,6 hectares - (...)) e contra a comunidade Zilah Spósito (Helena Greco). Porém, a ordem de despejo forçado continua valendo judicialmente para o restante da área da Rosa Leão e para as ocupações Esperança e Vitória inteiras (350 hectares) - (...), graças a outras ações judiciais

que seguem contra a Resiste Izidora, movidas pela família Werneck e outros particulares. Ainda, a desistência da ação pela Prefeitura de BH não a impede de, no futuro, ajuizar de novo esta mesma ação, já que não houve decisão definitiva no processo do qual desistiu (COLETIVO MARGARIDA ALVES, 2017, sem página)[11].

Em abril de 2018, houve um acampamento na porta da Prefeitura de Belo Horizonte, onde os moradores cobravam do Prefeito uma reunião para pautar a necessidade do reconhecimento das ocupações como AEIS – Área de Especial Interesse Social, dando segurança de posse da terra e infraestrutura básica.

Por meio do Decreto n. 16.888, de 12/4/2018, o prefeito Alexandre Kalil reconheceu 119 territórios populares como AEIS – Área de Especial Interesse Social, e dentre eles estavam as ocupações da Izidora. Após o decreto, a Secretaria de Planejamento Urbano, a Urbel, a Copasa e a Cemig começaram a pensar em como levar a infraestrutura para a região, ainda que de uma forma bastante desarticulada e sem uma comunicação antecipada com os moradores e movimentos. Em 2020, a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL) instalou o “CREURB Izidora”, para dar suporte a questões emergenciais como enchentes e deslizamentos, e também sobre a urbanização da área.

O processo de Reintegração de Posse da área da Granja Werneck S. A., que corre nos âmbitos estadual e federal, estendeu-se até dezembro de 2018, quando foi assinada a negociação do Governo do Estado de Minas Gerais, via COHAB, que vinha tramitando desde abril do mesmo ano, por meio de uma permuta, que “trocou” a área da Granja Werneck por um terreno de tamanho quase cinco vezes maior, pertencente ao Estado, na região da Fazenda Marzagão, no município de Sabará, Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Vale ressaltar que, apesar da negociação garantir a permanência dos moradores na região, há muitas críticas à forma como foi conduzida, principalmente por atender a interesses do capital imobiliário. “Entendemos que a permuta de terrenos e a desapropriação com dinheiro não são as medidas justas a serem tomadas pelo Estado, pois premiam a especulação imobiliária e a grilagem de terras, sobretudo da Granja Werneck S.A” (RESISTE IZIDORA, 2018)[12].

Outro ponto importante a ser mencionado é que parte da área da ocupação Esperança e a maior parte da ocupação Rosa Leão ainda não foram negociadas, o que não dá garantia da posse a esses territórios. Nesse sentido, vale ponderar que a luta pela segurança e permanência das famílias na área ainda não terminou e corre junto do processo de regularização fundiária.

Em junho de 2019, foi aprovado o Novo Plano Diretor de Belo Horizonte[13] que reconhece as ocupações da Izidora como bairros populares, sendo incluídas como AEIS – Área de Especial Interesse Social da cidade. Os dias de votação na Câmara de Vereadores contou com a presença massiva dos moradores da Izidora. No entanto, o que é desejado e reivindicado pelos moradores e movimentos é que as ocupações da Izidora sejam reconhecidas como ZEIS – Zona Especial de Interesse Social –, que seria um zoneamento que garantiria com maior qualidade a permanência das famílias no território.

Contudo a distopia urbana segue a passos largos, e a vulnerabilidade do povo só aumenta, haja visto os últimos episódios em que o atual governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Partido NOVO), tem se mostrado avesso ao reconhecimento das ocupações urbanas e rurais, executando despejos violentos[14].

Assim, diante da breve apresentação do histórico conflito urbano vivenciado pelas ocupações da Izidora, pode-se apontar para o que se considera como uma antítese da utopia. Relaciona-se, nesse sentido, a realidade das ocupações com a ideia de distopia. Se o termo pode se referir a uma sociedade imaginária submetida a meios extremos de opressão, criando condições de vida insuportáveis, no caso das ocupações, contudo, não se trata de algo imaginário. Observa-se, de fato, condições de extrema opressão e privação: uma realidade distópica.

3. 2º Ato: ocupar, resistir e construir: a luta popular e os sujeitos revolucionários

As lutas urbanas no Brasil surgem como resposta às sucessivas violações de direitos que os trabalhadores sofrem cotidianamente. Já em 1917 e 1919, houve em São Paulo a “Liga dos Inquilinos”, com a organização de uma “greve de aluguel”, protestando contra os altos preços que eram pagos e os despejos que ocorriam. É nesse bojo de luta social pelo direito de decidir

sobre a cidade que os movimentos sociais e as ocupações urbanas articulam-se na luta urbana.

As ocupações urbanas existem, segundo Morado Nascimento (2016, p. 148), “em razão do exercício amplo do direito de moradores de mudar a cidade quando decidem ocupar um terreno, de forma organizada [...] como ação política coletiva efetivada por um desvio na forma como a cidade se constrói”. Para a autora, os programas sociais de habitação não conseguem superar a felicidade do alcance do “sonho da casa própria” e possuem um processo de planejamento de habitação social “voltado para a produção quantitativa de unidades, em um processo alienado da análise macro de dinâmica sócio territorial” (MORADO NASCIMENTO, 2016, p. 148).

Para Boulos (2014, p.63), as “ocupações organizadas” conformam uma proposta de resistência que mostra que “a organização coletiva dos trabalhadores é capaz de fazer o que o Estado não faz”. Para o autor, a auto-organização das ocupações urbanas é o que ele denomina como “fazer Reforma Urbana com as próprias mãos”, um enfrentamento ao Estado na luta por direitos.

Essa autoprodução da cidade ocorre geralmente nos finais de semana, com o trabalho do próprio morador, com auxílio de familiares, ou com trabalho terceirizado e contratado diretamente ou ainda como mutirão. O que vale destacar aqui é a exploração desse morador que, para que sua casa possa ser construída, muitas vezes dobra sua jornada de trabalho, não tira férias nem tem final de semana, e usa do seu tempo livre para erguer sua própria moradia.

Destaca-se que grande parte das protagonistas que atuam na liderança da organização de base são mulheres negras, mães solo, moradoras de periferia, profundamente engajadas na luta pelo direito à terra, à moradia e à vida urbana. Diante de tal constatação, cabe lembrar quem foi Izidora.

Izidora foi uma mulher negra, escravizada e alforriada, que trabalhou e viveu nas terras que hoje recebem seu nome. Pelas narrativas de entrevistas realizadas durante a pesquisa que deu origem à tese de doutorado[15], tomou-se conhecimento que Izidora lavava roupa no córrego que leva seu nome e que herdou essas terras de um antigo fazendeiro português.

Izidora era uma escrava que tinha aqui que lavava roupa... Que o córrego ficou Izidora por causa dessa escrava. Tem até um muro lá em

baixo, né. O muro dos escravos lá embaixo. Uns fala muro de pedras... Outros fala muro dos escravos. E agora o que eu entendo da Izidora é, esse terreno era do... Os Werneck falou que era dele, mas não era não... Não era porque ele não conseguiu tirar nós daqui.. Então não era deles (...). E tem o... Padre Pinto falou também... Que esses terreno era de uns portugueses... E eles foram embora e abandonaram aqui com essa escrava ai, né... Por isso ficou Izidora (JOSÉ ADÃO CHAVES, ocupação Vitória, informação verbal, 2019)[16].

Com o passar do tempo, essa narrativa foi apagada e o córrego e a região que levavam o nome de uma mulher negra são mudados nos mapas para Região do Isidoro e Ribeirão do Isidoro, no masculino. Porém, por uma inversão afirmativa do nome, desde 2014, quando se resgata essa história, os moradores e movimentos usam Izidora, no feminino, ressignificando a história de vida dessa mulher junto a tantas mulheres que vivem e são Izidoras nas ocupações urbanas.

Assim, o papel dessas “Izidoras” foi fundamental na consolidação dessas ocupações que se iniciam com a demarcação dos lotes destinados à moradia com galhos ou sacolas plásticas, passando por barracos de lona e madeirite e, aos poucos, construindo casas de alvenaria. As casas de alvenaria expressam uma maior resistência, por representarem um desejo de permanecer e dificultarem a ação do Estado no sentido de demolir.

Para além da autoconstrução das casas, as ruas também foram feitas pelos moradores e, ainda hoje, há um esforço cotidiano em resolver necessidades de infraestrutura urbana básica, como acesso à água, à luz, ao tratamento do esgoto, dentre outras coisas. Há, nesse momento, uma resolução parcial das necessidades, improvisando fossas, muros de arrimo, em alguns casos, há experiências de Tevap[17] e círculo de bananeiras. Porém, a espera do acesso a serviços urbanos é constante, entendendo que a autoconstrução da estrutura urbana é uma sobre-exploração do trabalho dos moradores.

Dentre as protagonistas femininas destaca-se Charlene, moradora da Izidora que, quando entrevistada, descreveu o quanto é difícil sobreviver, sem nenhum direito garantido, apontando que além de resolver problemas de estrutura básica, os moradores têm de estar atentos a todos os passos do Estado para conseguir a garantia da posse de suas casas.

Sempre é mencionado nas falas dos moradores que “a nossa luta é todo dia, porque a gente não tem tempo nem pra pensar e, se é amanhã, a gente tem que fazer o hoje, né, lutar pelo hoje, garantir o hoje, porque na verdade, né, Rosa Leão, a gente mata um leão por dia” (CHARLENE CRISTIANE EGÍDIO, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019)[18].

Ela ainda destaca a história de Rosa Leão, antiga liderança do Bairro Zilah Spósito, que acreditava na ideia da função social da propriedade.

é que quando ela via esse terreno aqui vazio ela disse, um dia vamos ocupar aquele terreno, diz que ela falava isso, e olha aqui o terreno aqui ocupado, dando a função social com moradias pra muitas e muitas famílias carentes, inclusive moradores de rua que hoje têm sua dignidade, mesmo a gente faltando todos os direitos a gente hoje pode falar, hoje eu tenho um teto pra poder cuidar do meu filho, dos meus filhos, pra mim descansar meu corpo, pra mim resistir e lutar mais uma vez, né. Então existiu um sonho dela, e eu acho que o sonho que eu vejo para Izidora é essa continuidade da resistência da luta sabe, eu queria muito, mas muito, mas muito que o Universo abraçasse a luta popular como um todo (CHARLENE CRISTIANE EGÍDIO, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019)[19].

Há mais de 20 anos, lideranças da região são responsáveis pelo avanço na urbanização da área, sendo uma dessas lideranças, Rosa Leão, que foi assassinada quando mediava um conflito entre moradores na comunidade, dando nome, hoje, a uma das ocupações.

Rosa Leão vem de uma mulher negra, liderança comunitária, uma mulher assim, maravilhosa, guerreira, que lutou pelo bairro Zilah Spósito que também é fruto de ocupação urbana, inclusive também participei dessa ocupação aos treze anos de idade, mas com minha irmã que veio ocupar o espaço na época. Rosa Leão é o nome dessa mulher negra que foi assassinada, executada aos quarenta anos de idade e deixou filhos pequenos pra trás assim, e ela morreu tentando ajudar (CHARLENE CRISTIANE EGÍDIO, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019)[20].

O engajamento das mulheres nos espaços de liderança marca fortemente a realidade das ocupações urbanas e rurais em todo o Brasil. Junto com elas, que se colocam a frente desta organização e da negociação, estão homens trabalhadores que contribuem muito na autoconstrução e agroecologia, jovens que na expressão da periferia lutam pelo reconhecimento e se organizam em redes, crianças que desde muito cedo já aprendem a ir a manifestações, assembleias, mutirões.

O desejo de melhora individual e coletiva, de um mundo mais justo, bonito, menos feio e desigual, faz com que muitos moradores alcancem uma visão mais crítica da situação de opressão em que se encontram, buscando, a partir desse desvelamento, forças e todo seu conhecimento tácito para mudar a realidade, imersas em um sentimento dialético de esperança e medo.

A resistência que se consolida a partir do afeto e das redes de solidariedade é carregada de uma radicalidade que Freire (1997) defende como sendo a partir da “ética na luta e boniteza na briga”.

Nesse sentido, entende-se o afeto como o ato de “ser afetado”, motivado tanto por sentimentos de carinho, prazer, beleza e bem-estar, aqui explicitados pela luta popular, bem como pela fome, pela necessidade de morar em algum lugar, pela necessidade de trabalhar, de alimentar os filhos, ou seja, pela sobrevivência. Essa soma de sentimentos constituída de forma complexa, em determinados momentos, configura-se como revolta, pela tomada de consciência desse lugar de injustiça e opressão.

A complexidade inerente às ocupações da Izidora pode ser abordada a partir da ideia de heterotopia, enquanto espaço do outro, da diferença, da multiplicidade, com múltiplas camadas de significação. Outras espacialidades são produzidas nas ocupações, utilizando as ferramentas disponíveis no momento, materializando uma heterotopia desviante, que brota da vida cotidiana e se mostra contra hegemônica. Para Foucault (2013), a heterotopia de desvio considera os indivíduos que desviam as normas sociais, que subvertem o status quo.

Sem perder de vista as inúmeras camadas de significação, o que move a luta dos moradores da Izidora é a esperança de uma vida mais digna e justa, que passa pelo reconhecimento de sua força como sujeitos e da força do povo organizado, garantindo a legitimação da produção da vida na cidade. Dona Maria[21], moradora da ocupação Vitória, confirma em sua narrativa que seu sonho é uma vida digna. Ela entende que é a partir da luta e da construção coletiva de cada pedaço da ocupação que se legitima o poder popular.

A gente sonha uma evolução. Os meios para nos locomovermos. Que eles possam urbanizar. Saber que moramos numa ocupação, mas com dignidade. Levantar as nossas cabeças e andar lá fora com dignidade. “Moro lá no bairro Vitória, onde nós lutamos e fizemos aquele bairro” (...) A pessoa comprou um lote em um bairro, mas ele já estava pronto, ele foi urbanizado. Aqui não. Aqui foi feito por uma organização popular, que o povo se organizou e fez o bairro. É cada morador que fez o bairro. Eu fiz a minha parte, o vovô a dele, o nosso outro vizinho fez a dele e foi assim. Não tenho vergonha de falar que já morei em barraco de lona, que passei dificuldade morando em barraco de lona. Buscamos ter dignidade, nossa própria casa, pois não tínhamos condições financeiras de comprar (DONA MARIA, ocupação Vitória, informação verbal, 2019).

O entendimento da história a partir do lugar do oprimido, de conhecer e reconhecer a história de luta pelo direito à moradia, pelo direito à cidade, e por descobrir a capacidade de transformação que o povo organizado tem, superando uma leitura determinista de mundo, faz com que esses moradores encontrem no processo de engajamento e organização popular[22] um espaço para libertarem-se uns aos outros, expressado aqui pela Figura 03.



É justamente nessa possibilidade de união e diálogo que os moradores das ocupações relatam que, a partir da luta, fizeram muitas amizades nesses territórios e que o momento de organizarem-se foi um processo de sensibilização, formação política e acolhimento. Conforme conta Joaquim [23], coordenador e morador da ocupação Rosa Leão, “aqui na comunidade é o lugar onde encontrei pessoas boas, né, que se tornaram família pra mim. E bem creio que não fico muito tempo fora sem tá em comunhão com as pessoas aqui” (JOAQUIM RONALDO NEVES, ocupação Rosa Leão, informação verbal, 2019).

Juntos, todos estes sujeitos históricos, têm no processo de resistência a tomada de consciência de classe e uma consciência de bairro, de território. Isso confere à luta da Izidora contornos revolucionários, pois situam na luta pela terra, pela moradia e pela cidade a força da organização do povo oprimido.

Acredita-se, assim, que existem outras formas de resistência e de se produzir um “outro mundo”, que só pode se dar a partir de atos de amor e de uma visão crítica do que está posto. Imersas em uma luta fundiária e em um ambiente com alto engajamento político, essas práticas de resistência são afirmadas, aqui, como atos revolucionários e radicais.

4. 3º Ato: a terra prometida: os simbolismos por detrás da luta pelo direito à vida urbana

Talvez neste país muitas sejam as terras prometidas e os povos que a ela dedicam a vida. A luta pela terra não deixa de ser uma luta pelo direito de existir. Avistamos no imaginário da terra prometida a utopia de um mundo menos desigual, injusto e enfermo. É nesta simbologia que as lutas populares e os movimentos sociais se apoiam para seguir organizados, para manter a chama acesa de que a realidade pode e deve ser mudada. A crença na possibilidade de harmonia e felicidade age como um sopro para que a fagulha ascenda e incendeie o palheiro.

Ao apostar no pensamento utópico, recorreremos ao que Bachelard (1990) chama de “imaginação material”, sendo uma experiência cognitiva com o empenho do corpo. Essas linguagens experimentadas e vivenciadas na luta da Izidora conformam-se como uma atividade criadora, a partir do fazer com as mãos o que se sonha e se deseja.

Lança-se, aqui, como reflexão final, a possibilidade de um caminho em que se vislumbre a liberdade de ser sujeito em meio à distopia, de vivenciar a heterotopia no desvio e na contra hegemonia, de sonhar com a utopia e se permitir gritar suas dores e seus cantos. Assim, vislumbram-se muitas terras prometidas que são delineadas de acordo com os desejos de cada morador ou moradora das ocupações urbanas. Na multiplicidade e no respeito às diferenças, apontam-se sonhos, realidades e devaneios do imaginário que, de alguma forma, representam o cotidiano das ocupações.

Há quem diga que a terra prometida se faz com enxada, com piquete, se faz com foice, martelo, se faz com cimento, alvenaria, madeirite, lona.

Há quem diga que na terra prometida, as mulheres estão no comando. Ora, quem não sabia disso! Desde a base, do cuidado, do ato de criar, do ato de alimentar. É mãe, é a terra, é gaia.

Há quem diga que na terra prometida tem agroecologia, tem hortas, quintais produtivos, nascentes, mina d’água. Mas também tem poder popular e resistência!

Cicatrizes e lágrimas marcam essa terra. Há mortes, brigas, ameaças, helicópteros. Tem muita violência histórica, que alveja corpos de jovens negros e encarcera o povo. E a terra, por vezes, se mostra racista, machista, homofóbica.

Há quem diga que na terra prometida tem casa, faz casa, constrói. Constrói sua própria maloca, constrói a do vizinho, faz mutirão. E não só casa! Abre a rua, puxa a luz, coloca poste e faz sistema de abastecimento de água “na tora”, faz o que dá para sobreviver com dignidade. Planta, cava buraco, cimenta e faz arrimo.

Coloca em frente de sua casa espada de São Jorge, arruda, comigo ninguém pode, pimenteira, alecrim, manjericão e guiné.

Há quem diga que a terra prometida tem o nome de uma mulher. Se chama Izidora, Dandara, Helena Greco, Rosa Leão, Carolina Maria de Jesus, Anita Santos, Marielle Franco, Eliane Silva, Norma Lucia, Tina Martins, Irmã Dorothy, Esperança, Vitória, Maria Bonita, Maria Guerreira e tantas Marias.

Já foi Palmares, já foi Canudos, hoje é Quilombo Mangueiras, é Novo Lajedo, Ribeiro de Abreu, é Izidora.

A terra prometida tem o nome de um rio, nome de uma região. Sempre foi resistência, sempre foi luta pela terra, sempre

foi luta de classes, sempre teve conflito de interesses. É pura simbologia, tem ligação direta com o sagrado, tem nas suas festas a expressão da vida e da luta.

Faz festa sacralizada nas avenidas, fechando rua, ocupando prefeitura, fazendo marcha, negociando, fazendo barricada, vencendo aos interesses de grandes especuladores e família de poderosos. Tem na ação direta sua festa e sua revolta. Tem na rua seu local de combate. Há muita luta pela frente, mas é a luta que une, que dá liga.

Há quem diga que a terra prometida florescerá, vive e é reconhecida, é valente. Vai para a guerra e ganha acendendo fogueira, fazendo vigília, queimando pneu, fechando avenida, marchando para o Tribunal de Justiça, ocupando.

Que a terra prometida é trabalho de Exu, Pomba Gira – Laroye Mojuba -, Xangô – Kaô Kabecile, Ogum, Oxalá, Iansã, Oxum, Nanã, Yemanjá e todas as forças que vêm e emanam do povo. É Santa Luzia, Nossa Senhora de Fátima, São Francisco de Assis. Faz procissão, reza missa, canta palavras de ordem: “Pisa Ligeiro, Pisa Ligeiro, quem não pode com a formiga não ascende o formigueiro!”

Há quem diga que na terra prometida os caminhos foram abertos com facão. Hoje, lá se constrói degraus, bate lage, sobe andares. A terra prometida tem memória, tem codificado nos corpos a luta e a esperança de uma pátria, ou melhor, de uma mátria livre.



Notas

1. A região aqui tratada é denominada Isidoro, mas as ocupações são chamadas de Izidora. “Isso decorreu do fato de arquitetas do grupo Arquitetos Sem Fronteiras, por meio da professora Margarete Leta, terem descoberto durante a análise de mapas da região que o ribeirão que hoje é chamado de Isidoro chamava-se Izidora, denominação que foi alterada ao longo do tempo para o masculino. (...) o nome do ribeirão e da região estaria ligado à Isidora da Costa, que teria sido uma mulher negra alforriada que se instalou na região dando nome a ela” (ISAIAS, 2017, p.22). Assim, optou-se por utilizar Izidora no feminino em todo o texto por reconhecimento desta ação afirmativa e história de luta. Porém a região é conhecida formalmente como Mata do Isidoro e/ou Granja Werneck.
2. Este artigo é fruto de uma tese de doutorado defendida em 2019, junto ao Núcleo de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU), na UFMG.
3. O parecer técnico das advogadas populares que acompanham o caso aponta para nove indícios de irregularidades na cadeia dominial da matrícula 1202 da Granja Werneck S.A, apresentando sinais de grilagem de terra.
4. Para maiores detalhes ver BELO HORIZONTE, Lei 0082/1914.
5. “É importante situar o que se entende como ato de ocupar em contextos de lutas urbanas, que é diferente do ato de invadir. As ocupações de terrenos ociosos têm por finalidade dar uso a território que não cumpre função social. Por outro lado, a invasão corresponde à retirada injustificada de alguém ou algo de terreno sobre o qual já se exercia legitimamente o uso” (ISAIAS, 2017, p.21).
6. Para outras reflexões sobre as Ocupações Urbanas da Izidora ver: ALVES, Natália. (2018); BIZZOTTO, Luciana Maciel (2015); FREITAS, Luis Fernando Vasconcelos (2015); ISAÍAS, Thaís Lopes Santana (2017); FRANZONI, Julia Ávila (2018).
7. Em 2011 a Ocupação Helena Greco teve 24 casas demolidas e 11 seguiram em pé.
8. Zoca é Maria da Conceição, liderança antiga do Conjunto Zilah Spósito e uma referência também na ocupação Rosa Leão.
9. Alguns dos grandes empresários que detêm os terrenos da região da Izidora: Granja Werneck S.A na Fazenda Tamboril (área que foi negociada como permuta com o município de Belo

horizonte), Grupo DMA, da Rede se Supermercados EPA, Mart Plus e Via Brasil, e Fazenda Capitão Eduardo.

10. O fortalecimento e a visibilidade das ocupações da Izidora foram reforçados em 29 de novembro de 2016 com a visita do ex-presidente Lula.
11. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivomargaridaalvesap/photos/a.543306255705460/1255015991201146/?type=3&theater> Acesso em: 07 de junho de 2019.
12. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/resiste-izidora/izidora-resiste-e-caminha-para-a-regulariza%C3%A7%C3%A3o-mas-pimentel-premia-especuladores/145610877868428/>. Acesso em: 07 de junho de 2019.
13. Por quase cinco anos o Novo Plano Diretor de Belo Horizonte tramitou na Câmara de Vereadores e passou por várias tentativas de obstrução e pressão do setor imobiliário para que não fosse aprovado.
14. Pode-se exemplificar com o despejo que ocorreu no Quilombo Campo do Meio, Assentamento do MST-Movimento Sem Terra, em agosto de 2020, mesmo sob decreto de calamidade pública, devido à pandemia do novo Coronavírus.
15. Foram realizadas, durante o desenvolvimento da pesquisa, 20 entrevistas com moradores das ocupações Rosa Leão, Esperança, Vitória e Helena Greco, no primeiro semestre de 2019, feitas de maneira semiestruturada e gravadas em áudio e vídeo. Neste artigo, serão apresentados trechos de algumas dessas entrevistas.
16. Entrevista realizada no dia 04/04/2019, na ocupação Vitória.
17. Tevap significa: Tanque de Evapotranspiração. Um método de saneamento ambiental, bem como o “Círculo de Bananeiras” que é uma técnica ambiental para tratar água cinza (água da pia).
18. Entrevista realizada no dia 16/05/2019, na ocupação Rosa Leão.
19. Entrevista realizada no dia 16/05/2019, na ocupação Rosa Leão.
20. Entrevista realizada no dia 16/05/2019, na ocupação Rosa Leão.
21. Entrevista realizada no dia 24/04/2019, na ocupação Rosa Leão.
22. Organização popular é entendida aqui como a organização que parte do povo e pelo povo, não sendo necessariamente uma organização que reflete o modelo de movimento social e organização política.
23. Entrevista realizada no dia 25/05/2019, na ocupação Rosa Leão.

Referências

ALVES, Natália. Feminismo negro e a produção do espaço: uma abordagem interseccional- espacial. Dissertação (Mestrado). Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais, 2018

BELO HORIZONTE. Lei n. 0082 de 24 de outubro de 1914. Revogada pela Lei nº 6370, de 12.08.93 Disponível em: <http://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/239371/lei-8214?ref=topic_feed>. Acesso em: 01/06/2015.

BACHELARD, Gaston. O ar e os Sonhos: Ensaio sobre a imaginação do movimento. São Paulo: Martins Fontes. 1990. Trad. Antonio de Pádua Danesi.

BIZZOTTO, Luciana Maciel. #RESISTEIZIDORA: controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e apontamentos para a justiça urbana. MENDONÇA, Jupira Gomes. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

BOULOS, Guilherme. Organização coletiva e poder popular. In: BOULOS, Guilherme. Por que ocupamos? São Paulo: Scortecci, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Senado Federal, Brasília, 1988.

COLETIVO MARGARIDA ALVES. Pagina do facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivomargaridaalvesap/photos/a.543306255705460/1255015991201146/?type=3&theater> Acesso em: 07 jun. 2019.

FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias. São Paulo: Edições n-1, 2013. Trad. Salma Tannus Muchail.

FRANZONI, Julia Ávila. O Direito & O Direito. Estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial. GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

FREIRE, P. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREITAS, Luis Fernando Vasconcelos. Do profavela à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte. REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, 2015.

ISAÍAS, Thaís Lopes Santana. Mulheres em luta: feminismos e Direito nas ocupações da Izidora. REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MORADO NASCIMENTO, D. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. Cadernos MetrÓpole, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 145-164, abr., 2016.

RESISTE IZIDORA. Pagina do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/resiste-izidora/izidora-resiste-e-caminha-para-a-regulariza%C3%A7%C3%A3o-mas-pimentel-premia-especuladores/1456108777868428/>. Acesso em: 07 jun. 2019.

Entrevistas

CHARLENE CRISTIANE EGIDIO, Entrevista com a moradora e liderança da Ocupação Rosa Leão, concedida a Izabella Galera, Samantha Souza, Leticia Ribeiro Santos e Leticia Lanza Maciel, na Ocupação Rosa Leão, no dia 16/05/2019.

DONA MARIA, Entrevista com a moradora da Ocupação Vitória, concedida a Izabella Galera e Leticia Ribeiro Santos, na Ocupação Vitória, no dia 24/04/19

JOAQUIM RONALDO NEVES, Entrevista com o morador da Ocupação Rosa Leão, concedida a Samantha Souza e Luciana Bizzotto na ocupação Rosa Leão, no dia 25/05/19

JOSÉ ADÃO CHAVES, Entrevista com o morador da Ocupação Vitória concedida a Izabella Galera e Leticia Ribeiro Santos na ocupação Vitória, no dia 04/04/19.

***Dra. Izabella Galera** é Arquiteta Urbanista. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo programa NPGAU - UFMG (2019). Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (2014) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora do Observatório dos Conflitos Urbanos de Belo Horizonte - UFMG, do LEP- Laboratório Espaço e Política - UFPE e membro da Rede Internacional Antiarq - Antropologia e Arquitetura, sediada na Universidad de Barcelona. E-mail: izabella.galera@gmail.com

Dra. Raquel Garcia Gonçalves é Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ (2005). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996). Professora Associada do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG. Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da UFMG. Coordena o Observatório dos Conflitos Urbanos de Belo Horizonte. E-mail: raquelgargon@hotmail.com